

☆ continuação

DIRETORIA		
AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES DENIA DE MOURA	FRANCISCO EUGENIO LABOURT JULIEN CLAUSSE	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO
CONTADORA		
TÁLITA DE FUME - CRC 1SP 333939/O-0		
ATUÁRIA		
VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com

as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras;

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normas e princípios supra citados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante e independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**, São Paulo - SP
CNPJ: 61.074.175/0001-38

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normas e princípios supra citados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante e independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2020
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	3.443.873
Provisão de Sinistros a Liquidar	3.095.520
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	440.054
Provisão de Despesas Relacionadas	138.950
Total de Provisões Técnicas	7.118.397
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Direitos Creditórios	1.447.879
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNP	488.405
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNP	429.438
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	1.613.368
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	152.861
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	74.363
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	4.206.314
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.763.257
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	717.456
Capital de Risco - Crédito (d)	147.703
Capital de Risco - Mercado (e)	228.294
Capital de Risco - Operacional (f)	44.483
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(202.721)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	935.215
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	935.215
Suficiência do PLA (a) - (i)	828.042

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ: 54.484.753/0001-49



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes, referentes à MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos: A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos, com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas. Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus pilares, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais. Estabelecemos planos de atuação contra os impactos da Covid-19, que o Grupo MAPFRE está executando.

Garantir o bem-estar de nossos colaboradores: I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazer-lo. II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelo nosso CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19; III. Plano de retomada de forma gradativa; IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamado e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).

Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível: I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você; II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice; III. Renovação do seguro

auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019. IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e help desk. V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.

c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais: I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus; II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um acionário acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos; III. Oferta de treinamentos on-line à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE. No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Prêmios Emitidos: Os prêmios emitidos da Seguradora totalizaram R\$ 821,9 milhões no exercício de 2020, com redução de R\$ 47,2 milhões, o que representa (5,4%) em relação ao exercício de 2019, reflexo principalmente dos efeitos da pandemia sobre as vendas.
Sinistralidade: A sinistralidade da Companhia no exercício de 2020 foi de 64,2% com um aumento de 5,5 p.p. em relação ao exercício de 2019 por causa da elevação das indenizações relacionadas a Covid-19. Os prêmios ganhos, no exercício de 2020 foi de 100,02%, aumento de 8,13 p.p. em relação aos 91,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, do aumento de 5,8 p.p. do índice de sinistralidade. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 92,9%, aumento de 5,2 p.p. em relação aos 87,7% do exercício de 2019.

Resultado Financeiro: As receitas financeiras totalizaram R\$ 51,3 milhões no exercício de 2020, aumento de R\$ 15,5 milhões ou crescimento de 43,2% em relação ao exercício anterior.
Resultado do Exercício: O lucro líquido totalizou no exercício de 2020 R\$ 30,3 milhões, registrando redução de R\$ 32,9 milhões, ou (-5,1%) em relação ao exercício de 2019.
Índice Combinado: O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2020 foi de 100,02%, aumento de 8,13 p.p. em relação aos 91,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, do aumento de 5,8 p.p. do índice de sinistralidade. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 92,9%, aumento de 5,2 p.p. em relação aos 87,7% do exercício de 2019.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos: Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Controles Internos: A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, a MAPFRE Vida S.A. realiza testes de controles internos, que visam prevenir autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance: O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de evitar a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.
Governança de Dados e Segurança da Informação: Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)		Nota	2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo Circulante		434.239	934.790	811.085		409.681	480.571	455.449
Dívidas a pagar		1.113	2.107	2.107		27.626	46.199	36.037
Caixa e bancos	5	315	1.183	1.183	14	24.447	38.944	31.974
Equivalente de caixa	5	4.672	2.231	4.007		1.201	1.373	1.255
Aplicações	6	230.268	721.261	635.833		1.322	1.066	977
Créditos das operações com seguros e resseguros		158.348	160.433	119.348	15	656	5.216	4.315
Prêmios a receber	7	137.239	147.938	147.938		49.966	50.073	44.315
Operações com seguradoras	8a	24.082	16.234	30.964		105	103	105
Operações com resseguradoras	9a	1.769	2.411	5.155	8b	17.255	19.411	19.500
Outros créditos operacionais		2.707	6.586	3.262	9b	3.066	2.885	6.603
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	2.629	2.465	2.120	16	20.654	22.327	15.650
Títulos de créditos a receber		24.637	31.205	32.014		8.896	8.433	4.543
Títulos e créditos a receber		746	1.616	878	18	52.913	55.326	19.178
Créditos tributários e previdenciários	26b	22.743	27.924	28.795	19	279.176	328.973	355.919
Outros créditos		1.148	1.665	2.341		66	69	96
Outros valores e bens		223	-	-		244.357	273.920	315.319
Outros valores		223	-	-		34.753	55.612	40.504
Despesas antecipadas		1.221	655	4.804		265.710	290.044	271.833
Custos de aquisição diferidos	10	9.417	8.771	7.590		248.306	265.303	243.322
Seguros		9.417	8.771	7.590		243.873	260.760	226.062
Ativo não circulante		767.479	327.374	354.326	23	17.404	24.741	28.511
Realizável a longo prazo		744.528	298.246	318.901		17.404	24.741	28.511
Aplicações	6	567.843	117.961	118.291		17.404	24.741	28.511
Prêmios a receber	7	783	-	-		415.166	415.166	415.166
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	1.677	1.063	2.402		67.784	67.784	19.592
Títulos e créditos a receber		167.914	178.774	197.349		20.300	8.599	3.371
Créditos tributários e previdenciários	26b	149.606	164.267	183.429		-	-	-
Depósitos judiciais e fiscais	23a	18.308	14.507	13.920		-	-	-
Custos de aquisição diferidos	10	6.311	448	859		-	-	-
Seguros		3.777	3.753	3.794		-	-	-
Investimentos		377	276	240		-	-	-
Participações societárias		3.400	3.477	3.554		-	-	-
Imóveis destinados a renda	11	3.400	3.477	3.554		-	-	-
Imobilizado	12	119	210	316		-	-	-
Bens móveis		-	17	69		-	-	-
Outras imobilizações		-	17	69		-	-	-
Intangível	13	19.055	25.148	31.246		-	-	-
Outros intangíveis		19.055	25.148	31.246		-	-	-
Total do ativo		1.201.718	1.262.164	1.165.411		1.201.718	1.262.164	1.165.411

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

demonstram resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras:

	Reclas- 01/01/2019 sificações (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
Ativo	918.293	8.766.371
Circulante	674.004	635.833
Aplicações	3.299	3.262
Outros créditos operacionais	171.990	171.990
Outros - ativo circulante	354.326	354.326
Total do ativo	1.272.619	1.165.411
Passivo	918.293	8.766.371
Circulante	552.994	455.449
Débitos de operações com seguros e resseguros	44.351	44.315
Outros débitos operacionais	2.493	2.457
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	41.858	41.858
Provisões técnicas - seguros	19 453.428	355.919
Danos	371.609	371.609
Outros - provisões técnicas - seguros	355.823	355.823
Outros - passivo circulante	55.215	55.215
Passivo não circulante	281.496	271.833
Provisões técnicas - seguros	19 252.985	243.322
Danos	9.663	9.663
Outros - provisões técnicas - seguros	243.322	243.322
Outros - passivo não circulante	28.511	28.511
Patrimônio líquido	24 438.129	438.129
Total do passivo e patrimônio líquido	1.272.619	1.165.411

	Reclas- 31/12/2019 sificações (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo	1.045.653	934.790
Circulante	831.110	720.851
Aplicações	7.065	6.586
Outros créditos operacionais	206.943	206.943
Outros - ativo circulante	327.374	327.374
Total do ativo	1.373.072	1.262.164
Passivo	1.045.653	934.790
Circulante	582.257	480.571
Débitos de operações com seguros e resseguros	50.726	50.073
Outros débitos operacionais	6.000	5.347
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	44.726	44.726
Provisões técnicas - seguros	19 430.006	328.973
Danos	101.102	101.033
Outros - provisões técnicas - seguros	328.904	328.904
Outros - passivo circulante	101.525	101.525
Passivo não circulante	299.221	290.044
Provisões técnicas - seguros	19 274.480	265.303
Danos	9.177	9.177
Outros - provisões técnicas - seguros	265.303	265.303
Outros - passivo não circulante	24 491.549	491.549
Patrimônio líquido	24 438.129	438.129
Total do passivo e patrimônio líquido	1.373.072	1.262.164

Demonstrações de resultado

	Reclas- 2019 sificações (Reapresentado)	2019 (Reapresentado)
Prêmios emitidos	25b 882.270	(13.208) 869.062
(-) Amortizações das provisões técnicas de prêmios	25a 110.363	(10.643) 99.720
(+) Prêmios ganhos	25c 870.763	(12.344) 858.419
(+) Receita com emissão de apólices	25a 3.617	(8.617) -
(-) Sinistros ocorridos	25b (510.512)	9.541 (509.971)
(-) Custos de aquisição	25d (162.023)	2 (162.021)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	25e 1.244	2.636 3.880
(+) Resultado com operações de resseguros	25f (3.174)	(3.174) -
(-) Despesas administrativas	25g (11.865)	3.706 (108.159)
(-) Despesas com tributos	25h (18.311)	- (18.311)
(+) Resultado financeiro	25i 35.785	7 35.792
(+) Receitas financeiras	62.937	55.354 62.937
(-) Despesas financeiras	(27.152)	7.590 (19.562)
(+) Resultado patrimonial	35	(16) 19
(-) Resultado operacional	105.559	(85) 105.474
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	85	- 85
(-) Resultado antes dos impostos e participações	105.574	- 105.574
Outros - resultado de impostos e participações	(42.372)	- (42.372)
(-) Lucro líquido do exercício	63.202	- 63.202

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamentos nos fluxos de caixa para os períodos apresentados.

c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a suas atividades financeiras. Atualmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo, quando aprovadas pela SUSEP (CPC 48 - Instrumentos financeiros). **e) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras de acordo com o Real. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras de acordo com o Real. **g) Impacto de eventos subsequentes:** A Administração faz julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre as principais políticas contábeis adotadas; **iii.** informações sobre o risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro;** **Nota 3j, 3k, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;** **Nota 6 - Aplicações;** **Notas 3i e 23 - Provisões judiciais;** e **Notas 3i e 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.** **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e seu vencimento, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Nova normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e mensuradas pelo valor justo, quando aprovadas pela SUSEP (CPC 48 - Instrumentos financeiros). **9) Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.** A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (2018) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendamentos e arrendatários forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A referida norma foi referendada pela SUSEP e entrará em vigor a partir de 4 de janeiro de 2021. A Seguradora aplicará as alterações a partir de 4 de janeiro de 2021, essa aplicação não terá impacto nos montantes apresentados para 31 de dezembro de 2020 e períodos anteriores. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que não haverá reconhecimento de ativos e passivos de arrendamento temporários. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira e o desempenho da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023. **Premio de Reintegração:** De acordo com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador, elaborado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, vigente a partir de janeiro de 2020, houve a alteração do fato gerador do registro contábil do prêmio de reintegração passando do momento da liquidação para o momento do aviso de sinistro e sua vigência se dará em 1º de janeiro de 2021. A Administração avaliou o impacto e não teve impacto às demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações:** O resultado líquido dentro as demonstrações financeiras é determinado pelo resultado líquido da Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i. Caixa e equivalente de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras intermediárias resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo quando a Seguradora tem intenção e capacidade de negociar e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente em outros resultados abrangentes e transferidos para o resultado. **iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nesta categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda ou resultado ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação. Quanto mais aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa n.º 11. **vi. Ativos e passivos de terceiros:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu u após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva é um evento de perda que resulta em títulos patrimoniais perderem valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no período anterior. A perda cumulativa é a diferença entre o resultado e a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme definido no artigo 6º, inciso III, do artigo 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, consórcios e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNNG e Despesa de Comercialização Diferida - DCD, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a receber do mesmo devedor. A redução ao valor recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016, artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Investimentos:** Os investimentos são compostos por participações societárias da Seguradora Líder do Consócio DPVAT S.A. e imóveis urbanos destinados a renda. A Seguradora reconhece os resultados em suas demonstrações financeiras em função das despesas de manutenção dos imóveis e despesas com administração, locação e energia elétrica e água e gás. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo de aquisição do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuídos para a aquisição do ativo imobilizado de uso. Os gastos subsequentes de manutenção de uso são reconhecidos somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **e) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado do período de aquisição. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início da vigência do risco para os casos em que o risco tem início na emissão e a apólice é emitida em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

(Em milhares de Reais)

reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **h) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou oneroso e, em uma operação de resseguro, a Seguradora transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as despesas de resseguro registradas na parte da responsabilidade do prêmio recebido. Também são contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores a receber não estão sendo recebidos, a Seguradora estabelece provisões técnicas para garantir o pagamento de resseguro. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e os agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguro, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 25 meses. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em função do teste de adequação dos passivos para todos os contratos que estão em vigência no início de um período de referência. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorridos - PPO é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Sinistros Ocorrid

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o capital de risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco - CR. A Seguradora apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	2020
Patrimônio líquido	526.327
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(377)
Despesas antecipadas	(1.221)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(118.644)
Créditos tributários de diferenças temporárias	(26.527)
Ativos intangíveis	(19.055)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(6.573)
Patrimônio líquido ajustado (a)	353.930

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Vencimento				Ativos				Total			
	De 1 a 5 anos		Acima de 5 anos		Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	2020	2019		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	155.712	70.674	-	34	226.420	226.593	226.420	(173)	226.420	28%	712.616	85%
Fundos de investimentos	155.712	70.674	-	34	226.420	226.593	226.420	(173)	226.420	100%	712.616	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	114.109	70.674	-	184.783	184.956	184.783	(173)	184.783	82%	500.904	70%
Operações compromissadas (*)	2	41.603	-	-	41.603	41.603	41.603	-	41.603	18%	211.818	30%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	34	34	34	34	-	34	0%	34	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.848	54.768	513.075	-	571.691	537.858	571.691	33.833	571.691	72%	126.606	15%
Carteira administrada	3.848	54.768	513.075	-	571.691	537.858	571.691	33.833	571.691	100%	126.606	100%
Debêntures	2	3.530	4.951	-	8.481	8.534	8.481	(53)	8.481	2%	12.873	10%
Letras financeiras - LF	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	4.032	3%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	49.817	513.075	562.892	529.010	562.892	33.882	562.892	98%	109.072	87%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	318	-	-	318	314	318	4	318	0%	629	0%
Total	159.560	125.442	513.075	34	798.111	764.451	798.111	33.660	798.111	100%	839.222	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão, para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

	2020	2019
Ramos		
Vida em grupo	13.898	7.231
Acidentes pessoais coletivos	1.829	1.984
Pessoas individual	1	4
Total	15.728	9.219
Circulante	9.417	8.771
Não circulante	6.311	448
Saldo inicial	9.219	8.449
Constituições	97.267	106.461
Reversões	(90.758)	(105.691)
Saldo final	15.728	9.219

11. IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA

Imóvel São Carlos do Pinhal
Imóvel Frei Gaspar
Total

	Taxa anual	2019	Depreciação	2020
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.208	(66)	3.142
Imóvel Frei Gaspar	2%	269	(11)	258
Total	3.477	(77)	3.400	

Imóvel São Carlos do Pinhal
Imóvel Frei Gaspar
Total

	Taxa anual	2018	Depreciação	2019
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.274	(66)	3.208
Imóvel Frei Gaspar	2%	280	(11)	269
Total	3.554	(77)	3.477	

Os gastos com os imóveis totalizaram despesas de R\$744 (R\$ 573 em 31 de dezembro de 2019). Os imóveis encontram-se desocupados não gerando receitas com aluguéis.

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual	2019	Depreciação	2020
Equipamentos	20%	33	(13)	20
Móveis, máquinas e utensílios	10%	91	(55)	36
Veículos	20%	87	(24)	63
Outras imobilizações	10% a 20%	16	(16)	-
Total	227	(108)	119	

Equipamentos
Móveis, máquinas e utensílios
Veículos
Outras imobilizações
Total

	Taxa anual	2018	Depreciação	2019
Equipamentos	20%	25	(17)	8
Móveis, máquinas e utensílios	10%	148	-	(57)
Veículos	20%	143	1	(27)
Outras imobilizações	10% a 20%	69	-	(53)
Total	385	26	(27)	

13. INTANGÍVEL

Desenvolvimento de sistemas
Desenvolvimento de sistemas

	Taxa anual	2019	Aquisições	Amortização	2020
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	25.148	894	(6.987)	19.055
Total	14%	31.246	1.463	(7.425)	25.148

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Fornecedores
Compartilhamento de despesas (nota nº 28a)
Participação nos lucros
Dividendos a pagar (a)
Outras contas a pagar
Total

	2020	2019
Fornecedores	6.761	7.601
Compartilhamento de despesas (nota nº 28a)	9.301	13.226
Participação nos lucros	1.159	1.091
Dividendos a pagar (a)	7.188	15.010
Outras contas a pagar	38	1.616
Total	24.447	38.544

(a) Os dividendos no montante de R\$ 15.010 milhões foram pagos à MAPFRE Participações S.A. em 29 de maio de 2020.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de renda
Antecipação imposto de renda
Contribuição social
Antecipação contribuição social
COFINS
PIS
Total

	2020	2019
Imposto de renda	8.487	14.591
Antecipação imposto de renda	(8.487)	(12.634)
Contribuição social	5.428	9.358
Antecipação contribuição social	(5.428)	(7.671)
COFINS	564	1.352
PIS	92	220
Total	656	5.216

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	2020	2019
Acidentes pessoais coletivos	1.842	2.120
Vida em grupo	14.746	15.957
Total comissões emitidas	16.588	18.077
Comissões a pagar	4.065	4.250
Total	20.654	22.327

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Acidentes pessoais coletivos
Pessoas Individual
Vida em grupo
Total

	2020	2019
Acidentes pessoais coletivos	372	217
Pessoas Individual	94	5
Vida em grupo	8.448	5.125
Total	8.886	5.347

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações com seguradoras.

	2020	2019
De 0 a 30 dias	52.173	55.005
De 31 a 60 dias	571	23
De 61 a 120 dias	142	89
De 181 a 365 dias	27	-
Total	52.913	55.326

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2020				
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a ocorrerem mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de despesas excedente técnico - PET
Saldo inicial	51.334	357.668	113.249	59.471	7.420
Constituições	1.041.964	-	80.210	2.240	5.768
Diferimento pelo risco decorrido	(1.046.264)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	683.670	-	-	1.813
Reversões	-	(568.285)	-	-	(4.783)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(153.763)	-	-	2.921
Atualizações monetárias	-	(239)	-	-	7
Reversões	-	(4)	(50.968)	(52.926)	(4.625)
Saldo final	47.034	319.047	142.491	8.785	8.521

	2020				
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a ocorrerem mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de despesas excedente técnico - PET
Saldo inicial	47.027	428.647	106.276	8.922	2.634
Constituições	1.099.711	270	103.507	81.441	6.514
Diferimento pelo risco decorrido	(1.095.404)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	608.223	-	-	2.014
Reversões	-	(506.404)	-	-	(2.898)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(187.183)	-	-	(69)
Atualizações monetárias	-	14.167	-	-	(11)
Reversões	-	(52)	(96.534)	(30.892)	(764)
Saldo final	51.334	357.668	113.249	59.471	7.420

	2020				
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a ocorrerem mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNEr	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de despesas excedente técnico - PET
Saldo inicial	51.334	357.668	113.249	59.471	7.420
Constituições	1.041.964	-	80.210	2.240	5.768
Diferimento pelo risco decorrido	(1.046.264)	-	-	-	-
Aviso/Ajuste de sinistros	-	683.670	-	-	1.813
Sinistros pagos a recuperar	-	(568.285)	-	-	(4.783)
Reversões	-	(153.763)	-	-	2.921
Atualizações monetárias	-	(239)	-	-	7
Reversões	-	(4)	(50.968)	(52.926)	(4.625)
Saldo final	47.034	319.047	142.491	8.785	8.521

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Ano do aviso do sinistro	2020					2019				
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total	% (reapresentado)	%	
Bruto de resseguro										
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso	3.893.520	387.709	387.651	441.791	509.376	3.893.520	387.709	387.651	441.791	
Dois anos após o aviso	3.872.936	391.524	387.096	445.399	509.376	3.872.936	391.524	387.096	445.399	
Três anos após o aviso	3.887.067									

continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

admissibilidade. Conta com suspensão de exigibilidade, deferida em tutela. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens I e II. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019
(I)	COFINS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	a 12/2020	Possível	-	-	-	-	-	22.483
(II)	PIS Receita Financeira Lei nº 12.973/2014	a 12/2020	Possível	-	-	-	-	-	3.653
Total risco possível									26.136

Demais processos

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019
(1)	PIS/COFINS Multa	a 10/2013	Possível	-	-	2.025	1.987	2.025	1.987
(2)	INSS Refis	-	Possível	-	-	669	647	669	647
(3)	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	-	61	-
Total risco possível						2.694	2.634	2.755	2.634

Nota (1) PIS/COFINS Multa - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação da União.

Nota (2) INSS Refis - Discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Aguarda prazo recursal e/ou trânsito em julgado.

Nota (3) PIS/COFINS sobre juros - Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. Aguarda julgamento.

c) Movimentação

	2020			2019		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	3.475	21.266	24.741	2.855	25.656	28.511
Constituições/Reversões	537	(6.761)	(6.224)	1.058	(3.850)	(2.792)
Pagamentos	(446)	(3.295)	(3.741)	(724)	(3.357)	(4.081)
Atualização monetária	419	2.209	2.628	286	2.817	3.103
Saldo final	3.985	13.419	17.404	3.475	21.266	24.741

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 415.166 (R\$ 415.166 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 38.245.074 ações ordinárias, sem valor nominal (38.245.074 ações em 31 de dezembro de 2019). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

	2020
Lucro líquido do exercício	30.265
Constituição da reserva legal (5%)	(1.513)
Lucro líquido ajustado	28.752
Dividendos mínimos obrigatórios	7.188
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	-
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	-
Total de dividendos distribuídos	7.188
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%
Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	38.245.074
Dividendos distribuídos por ação:	
Ações ordinárias	0,19

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Vida em grupo	660.868	687.669	78,43%	66,75%	18,46%	20,23%
Pessoas individual	86.946	87.310	(10,99%)	21,80%	0,06%	0,72%
Demais ramos	74.080	83.440	25,02%	30,44%	24,37%	26,72%
Total	821.894	858.419	64,16%	58,65%	17,05%	18,87%

b) Prêmios emitidos

	2020	2019
Prêmios diretos e aceitos	1.041.964	1.099.711
Prêmios emitidos	1.083.818	1.140.388
Prêmios cancelados	(41.854)	(40.677)
Prêmios de cosseguros cedidos	(220.087)	(230.649)
Total	17	(10.643)

c) Variação das provisões técnicas

	2020	2019
Provisão de prêmio não ganhos PPN+RVNE	4.300	(4.307)
Provisão de excedente técnico - PET	(4.283)	(6.336)
Total	(527.318)	(500.971)

d) Sinistros ocorridos

	2020	2019
Sinistros	(529.903)	(421.077)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(29.242)	(6.974)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	50.686	(50.549)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(5.877)	(7.690)
Serviço de assistência	(6.526)	(9.169)
Ressarcimentos	144	185
Outras despesas com sinistros	(6.600)	(5.697)
Total	(140.120)	(162.021)

e) Custo de aquisição

	2020	2019
Comissões	(97.267)	(106.461)
Recuperação de comissões	17.883	18.145
Outros custos de aquisição	(60.672)	(74.476)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(64)	771
Total	(22.821)	3.880

f) Outras receitas e despesas operacionais

	2020	2019
Apólices e contratos	(12.342)	(8.897)
Despesas com cobrança	(4.113)	(4.432)
Despesas com títulos de capitalização	(3.150)	(3.614)
Contingências cíveis	6.761	3.850
Endomarketing	(2.075)	(1.386)
Redução ao valor recuperável	(9.177)	14.632
Operações com DPVAT	1.703	2.636
Outras despesas	112	1.091
Total	(543)	(3.174)

g) Resultado com operações de resseguro

	2020	2019
Receitas com resseguro	9.903	10.062
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	10.327	9.959
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	-	(294)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(405)	325
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(19)	72
Total	(10.446)	(13.236)
Prêmio de resseguro	(9.524)	(11.542)
Prêmio de resseguro - reintegração	(734)	(61)
Outros resultados com resseguro	(188)	(1.633)

	2020	2019
H) Despesas administrativas	(110.480)	(108.159)
Pessoal próprio	(57.201)	(47.737)
Serviços de terceiros	(31.786)	(34.252)
Localização e funcionamento	(14.295)	(15.346)
Publicidade e propaganda	(2.697)	(3.012)
Outras despesas administrativas	(4.501)	(7.812)
I) Despesas com tributos	(21.309)	(18.311)
COFINS	(10.219)	(14.127)
COFINS - Crédito tributário	(6.799)	(409)
PIS	(1.665)	(2.301)
PIS - Crédito tributário	(1.105)	(66)
Taxa de fiscalização	(1.275)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(246)	(130)
J) Resultado financeiro	51.252	35.792
Receitas financeiras	57.088	55.354
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	12.309	37.306
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	23.459	12.793
Rendimento com equivalente de caixa	24	31
Oscilação cambial	530	13
Atualização monetária dos créditos tributários	3.988	47
Atualização monetária dos depósitos judiciais	12.080	112
Outras receitas financeiras	4.698	5.052
Despesas financeiras	(5.836)	(19.562)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(271)	(14.150)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(2.628)	(3.103)
Taxa de administração	(609)	(950)
Despesas financeiras de juros	(2.328)	(1.359)

k) Determinação se um contrato contém um arrendamento
O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as localções de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MF/GV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MF/GV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício foram atualizados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme demonstrados a seguir:

	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de despesas de arrendamento	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Arrendamento	presente	 futuro	presente	 futuro	presente	 futuro	presente	 futuro
Edifício Torre Alfa	2.140	2.143	6.857	12.074	8.087	21.421	17.085	35.638
Call Center - São Carlos	310	459	466	726	-	-	776	1.186
Total	2.450	2.603	7.323	12.800	8.087	21.421	17.861	36.824

GRUPO MAPFRE

	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de despesas de arrendamento	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Arrendamento	presente	 futuro	presente	 futuro	presente	 futuro	presente	 futuro
Edifício Torre Alfa	22.431	22.468	71.879	126.559	84.774	224.535	179.083	373.562
Call Center - São Carlos	3.254	4.816	4.880	7.613	-	-	8.134	12.430
Total	25.685	27.284	76.759	134.172	84.774	224.535	187.217	385.992

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Total	49.997	49.997	104.462	104.462

	2020		2019	
	Lucro antes dos impostos e após participações	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Imposto de renda e contribuição social	(12.475)	(7.500)	(26.092)	(15.669)
aliquotas vigentes	(328)	(197)	4.135	2.481
Diferenças temporárias	(127)	(67)	(302)	(181)
Diferenças permanentes	3.887	2.329	6.685	4.011
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	983	-
Deduções incentivadas	(8.496)	(5.435)	(14.591)	(9.358)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.496)	(5.435)	(14.591)	(9.358)
Constituição de crédito tributário	(3.558)	(2.132)	(10.819)	(6.492)
Ajuste de exercícios anteriores	(79)	(56)	-	-
Ajuste relativos ao exercício corrente	14	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(12.119)	(7.613)	(25.410)	(15.850)
Alíquota efetiva (%)	24%	15%	24%	15%

	2020		2019	
	Ativo	Constituições	Reversões	2020
Tributos a compensar	8.745	8.761	(7.278)	10.228
PIS/COFINS	17.404	-	(6.726)	10.678
Tributos retidos na fonte	1.775	714	(652)	1.837
Total circulante	27.924	9.475	(14.656)	22.743
Ativo e passivo não circulante				
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	(372)	-	(22)	(394)
Provisão para riscos de crédito	6.685	39.942	(36.272)	10.355
Provisão para participação nos lucros	436	526	(498)	464
Contingências cíveis	8.507	354	(3.493)	5.368
Contingências trabalhistas	1.391	618	(415)	1.594
Outras provisões	16.328	-	(215)	16.113
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(5.734)	-	(7.800)	(13.534)
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	124.852	8	(6.216)	118.644
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	12.174	1.686	(2.864)	10.996
Total ativo e passivo não circulante	164.267	43.134	(57.795)	149.606

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	Lucro antes dos impostos e após participações	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Imposto de renda e contribuição social	(12.475)	(7.500)	(26.092)	(15.669)
Diferenças temporárias	(328)	(197)	4.135	2.481
Diferenças permanentes	(127)	(67)	(302)	(181)
Prejuízo fiscal e base negativa	3.887	2.329	6.685	4.011
Deduções incentivadas	(8.496)	(5.435)	(14.591)	(9.358)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.496)	(5.435)	(14.591)	(9.358)
Constituição de crédito tributário	(3.558)	(2.132)	(10.819)	(6.492)
Ajuste de exercícios anteriores	(79)	(56)	-	-
Ajuste relativos ao exercício corrente	14	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(12.119)	(7.613)	(25.410)	

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Ativos Independentes, referentes à MAPFRE Previdência S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas.

As autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais.

Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19, que o GRUPO MAPFRE adotou:

- Garantir o bem-estar de nossos colaboradores**
I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazer isso;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelos nossos CEOs e Diretores com novidades relevantes referentes à Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24 horas, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).
- Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível**
I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestatista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;

- Manter o funcionamento normal das operações em condições normais**
I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;
II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24 horas, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;
III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.

No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Rendas de Contribuições e Prêmios Emitidos
As receitas com rendas rescatórias e prêmios emitidos totalizaram no ano de 2020 R\$336,0 milhões, com redução de 11,4% ou R\$43,2 milhões em relação ao ano de 2019. Notou-se durante o período de isolamento social, devido a pandemia, uma redução em novas contratações de planos e nas contribuições recorrentes.

Sinistralidade
A sinistralidade da Companhia em 2020 foi de 27,3% com redução de 32,3 p.p. em relação a 2019.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou no ano de 2020 R\$7,4 milhões, crescimento de 9,4% em relação a 2019, resultando oriundo da alta dos títulos indexados à inflação em 2020, especialmente IGP-M e IPCA relacionados aos fundos de Previdência com esses perfis.

Despesas Administrativas e Despesas com Tributos
As despesas administrativas e as despesas com tributos totalizaram no ano de 2020, R\$21,2 milhões, representando uma redução de 27,3% ou R\$7,9 milhões.

Resultado do Exercício
O resultado líquido totalizou no ano de 2020 R\$6,8 milhões, com aumento de R\$2,9 milhões em relação a 2019 ou crescimento de 73,2%. O lucro por ação foi de R\$12,78 em 2020 e em 2019 R\$19,10,24.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado

100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas eventuais.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. declara, entre, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1,8 milhão e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, a MAPFRE Previdência S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de evitar a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida. Temos sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		2.713.190	2.725.691	3.043.613
Disponível	5	62	682	609
Caixa e bancos		62	682	609
Equivalente de caixa	5	384	792	
Aplicações	6	2.669.581	2.681.709	3.011.698
Créditos das operações com seguros e resseguros		224		818
Operações com resseguradoras		224		818
Créditos das operações com previdência complementar		474	495	945
Valores a receber		474	495	426
Operações com repasses				519
Outros créditos operacionais	7	13.267	5.049	2.373
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	5.904	2.558	2.759
Títulos e créditos a receber	9	4.481	4.631	7.745
Títulos e créditos a receber	9	805	4.631	3.618
Créditos tributários e previdenciários	22b	3.021	8.723	3.344
Outros créditos		655	1.050	783
Outros valores e bens	10	44	74	74
Outros valores		10	44	74
Despesas antecipadas		2	31	31
Custos de aquisição diferidos	10	18.803	19.956	16.561
Seguros		18.198	18.653	15.754
Previdência		605	1.303	807
Ativo não circulante	572.599	531.521	420.116	1.309.872
Realizável a longo prazo	572.304	531.277	419.313	1.309.872
Aplicações	6	504.074	459.649	356.612
Outros créditos operacionais	7	31.116	31.338	22.599
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	685	685	1.306
Títulos e créditos a receber	9	2.950	2.468	1.306
Depósitos judiciais e fiscais		2.950	2.468	1.306
Custos de aquisição diferidos	10	37.317	37.317	37.317
Seguros		31.791	35.506	35.609
Previdência		1.688	1.831	3.187
Investimentos	264	208	229	570
Imobilizado	18	36	36	570
Intangível	13			4
Total do ativo		3.285.789	3.257.212	3.463.729

	Nota	2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Passivo				
Circulante		240.685	256.857	397.118
Contas a pagar		8.088	10.718	7.613
Obrigações a pagar	11	2.408	7.497	4.055
- Impostos e encargos sociais a recolher		1.774	2.513	1.883
Encargos trabalhistas		1.908	542	1.512
Impostos e contribuições	12	1.998	166	163
Débitos de operações com seguros e resseguros		7.634	6.839	4.484
Operações com resseguradoras	8	5.770	5.092	3.852
Corretores e seguros	13	1.864	1.747	609
Outros débitos operacionais				29
Débitos de operações com previdência complementar		4.808	4.118	6.572
Contribuições a restituir		499	203	462
Operações de repasses	14	4.309	3.915	4.422
Outros débitos operacionais				1.688
Depósitos de terceiros	15	4.302	8.801	10.716
Provisões técnicas - seguros	16	119.468	111.894	149.346
Vida com cobertura por sobrevivência		119.468	111.894	149.346
Provisões técnicas - previdência complementar	16	96.385	114.487	210.387
Planos não bloqueados		14.003	15.268	22.949
PGBL		82.382	99.219	187.438
Passivo não circulante	2.878.669	2.887.817	2.958.003	3.151
Contas a pagar		5.212		315
Tributos a pagar	20b	5.212		315
Provisões técnicas - seguros	16	1.309.872	1.283.161	1.234.618
Vida com cobertura por sobrevivência		1.309.872	1.283.161	1.234.618
Provisões técnicas - previdência complementar	16	1.563.194	1.604.311	1.723.020
Planos não bloqueados		271.175	201.694	183.268
PGBL		1.292.019	1.402.617	1.539.752
Outros débitos		391	345	50
Provisões judiciais	19	391	345	50
Patrimônio líquido	20	166.425	112.538	108.608
Capital social		156.274	116.273	81.273
Aumento de capital (em aprovação)				35.000
Ajuste de avaliação patrimonial		7.818		
Reservas de lucros		2.343		
Prejuízo acumulado			(3.735)	(7.665)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.285.789	3.257.212	3.463.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

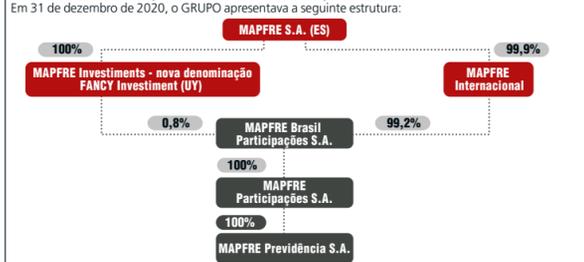
	Capital	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo/Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	81.273					(7.665)	108.608
Lucro líquido do exercício						3.930	3.930
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 91 de 21 de maio de 2019		35.000	(35.000)				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.273					(3.735)	112.538
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6g)					45.071		45.071
Outros ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa nº 6g)					(37.253)		(37.253)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 550 de 28 de setembro de 2020		40.001					40.001
Lucro líquido do exercício						6.808	6.808
Reserva legal			154				(154)
Reserva estatutária				2.189			(2.189)
Dividendos mínimos obrigatórios							(730)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.274		154	2.189	7.818		166.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Comparabilidade:** Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018), as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa do exercício de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência de nova orientação SUSEP, a qual descrevemos: (1) Anteriormente, a Circular SUSEP nº 517/2015 determinava que as operações decorrentes dos consórcios do seguro DPVAT deveriam ser tratadas contabilmente como consórcio, de modo que as receitas e despesas eram registradas pela Seguradora Líder (administradora do consórcio dos seguros DPVAT) sempre pelo valor bruto e os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidas às consorciadas, eram registrados em contas específicas da operação do DPVAT. A partir de janeiro de 2020, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 595/2019 e orientação apresentada no Manual de Práticas Contábeis emitido pela SUSEP, os quais definiram que, as operações do seguro DPVAT deverão ser registradas, unicamente, em conta de ativo a receber referente à apuração mensal da margem de resultado em contrapartida de outras receitas operacionais. Conforme orientação da Circular DIAFI nº 007/2020, emitida pela Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A., efetuamos as reclassificações entre ativos e passivos relacionadas às operações do Seguro DPVAT, nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que eram apresentadas, substancialmente, nas rubricas de Aplicações financeiras, Provisões técnicas de seguros, Prêmios emitidos e Sinistros ocorridos. (2) A Companhia realizou a segregação do montante de Custos de Aquisição Diferidos (CAD) entre ativo circulante e não circulante, decorrente do diferimento médio de 60 meses, avaliado através de estudo técnico de permanência do seguro nos planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, comercializados pela Companhia. Abaixo, demonstramos resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras:

	Nota	01/01/2019	Reclassificações (reapresentado)	01/01/2019
Ativo				
Circulante (1)/(2)		3.169.094	(125.481)	3.043.613
Aplicações (1)	6	3.098.700	(87.002)	3.011.698
Outros créditos operacionais (1)	7	2.056	317	2.373
Custos de aquisição diferidos (2)	10	55.357	(38.796)	16.561
Seguros (2)		51.363	(35.609)	15.754
Previdência (2)		3.994	(3.187)	807
Outros - ativo circulante		12.981		12.981
Ativo não circulante (1) / (2)	381.608	38.508	420.116	1.309.872
Realizável a longo prazo (2)	380.517	38.796	419.313	1.309.872
Custos de aquisição diferidos (2)	10		38.796	38.796
Seguros (2)			35.609	35.609
Previdência (2)			3.187	3.187
Outros - ativo não circulante		380.517		380.517
Investimentos	229			229
Imobilizado (1)	722	(152)	570	570
Intangível (1)	140	(136)	4	4
Total do ativo (1)		3.550.702	(86.973)	3.463.729

	Nota	01/01/2019	Reclassificações (reapresentado)	01/01/2019
Passivo				
Circulante (1)		236.311	(86.973)	149.346
Provisões técnicas - seguros (1)	16	236.311	(86.973)	149.346
Danos - DPVAT (1)		86.973		
Outras provisões técnicas - seguros		149.346		149.346
Outros - passivo circulante		247.772		247.772
Passivo não circulante		2.958.003		2.958.003
Patrimônio líquido	20	10		